



TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (Processo Administrativo nº 3.040/2025)

Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO S 040/25**

- 1. 1. OBJETO:** Contratação de licença de uso de software de gestão integrada (Sistema de Cadastro e Gestão de Programas Habitacionais), na modalidade SaaS, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, incluindo implantação, hospedagem, suporte técnico, manutenção e treinamento.

1.1. DA ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1.1. A presente contratação adotará como regime de execução **Empreitada por Preço Global**.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTDE.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Licença de uso de software de gestão habitacional integrado, incluindo implantação, manutenção, hospedagem e suporte.	Mês	12	R\$ 4.699,933	R\$ 56.399,20

3. Do Detalhamento do Objeto

3.1.2. O sistema de informação deverá possuir os módulos de gestão de políticas habitacionais e de REURB, totalmente integrado;

3.1.3. O sistema deverá possuir linguagem de quarta geração com ambiente visual e operacional gráfico, operar em ambiente corporativo, multiusuário, utilizar banco de dados único e relacional, de uso livre, possibilitando sua execução através de



rede de dados LAN, WAN e TCP-IP;

3.1.4. O Sistema deverá ser hospedado no Data Center com certificação mínima TIER 3, e que atenda as demandas de TIC da PMC e deverá ser acessado pela rede mundial de computadores (internet);

3.1.5. O sistema deverá ser desenvolvido em linguagem de 4º geração ou posterior, sendo vedada a utilização de linguagens de programação de 3º geração, consideradas “legadas” e sem continuidade tecnológica (Cobol, Clipper, Basic, etc).

3.2. Do Quantitativo dos Itens Contratados

3.2.1 Considerando que a solução em questão consiste no fornecimento de uma única licença de uso do software correspondente, sem limitação de usuários, bem como considerando o caráter continuado da prestação demandada, o quantitativo estimado da despesa é de 1 (uma) licença de uso pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrição abaixo.

4.1. Dos Serviços de instalação/habilitação

4.1.1. A contratada deverá disponibilizar os códigos objeto e executáveis do sistema nos servidores de dados de empresas Data Center que serão acessados pela rede mundial de computadores (internet), permitindo sua operacionalização no seu estado original, sem ainda, as devidas configurações e customizações, ou seja, fornecimento e ativação das licenças de uso.

4.2. Da Capacitação: com relação ao processo de treinamento:

4.2.1. A contratada deverá promover a capacitação teórica/prático, via internet, com carga horária mínima de 4h, a fim de repassar o conhecimento aos usuários e técnicos que irão fazer a operação e administração do sistema;

4.2.2 *Toda infra-estrutura necessária para realização do treinamento, incluindo salas, projetores, estações de trabalho, servidor, softwares básicos (sistema operacional e banco de dados), rede local e acessos à Internet, em sendo a capacitação presencial, serão fornecidos pela CONTRATADA.*

4.3. Da Operacionalidade: no que tange às condições de funcionamento do sistema, o mesmo deverá:



- 4.3.1. Integrar as informações tratadas em todo o sistema;
- 4.3.2. Estar em conformidade com toda a base legal em vigor de que tratam os processos envolvidos;
- 4.3.3. Garantir da segurança e integridade referencial das informações administradas pelo sistema;
- 4.3.4. Garantir a estabilidade e robustez dos módulos que comporão o sistema.
- 4.4. Dos Serviços de Manutenção e Suporte Técnico: os serviços de assistência técnica, manutenção e suporte, deverão:
 - 4.4.1. Ser assumidos pela empresa contratada;
 - 4.4.2. E, após a fase de implantação do sistema, as modificações necessárias terão como objetivo a prevenção, a correção de falhas e o aperfeiçoamento.
- 4.5. Dos Requisitos Técnicos do Software de Gestão: com relação ao Ambiente Computacional:
 - 4.5.1. As aplicações a serem implantadas deverão ser multiusuário, com a arquitetura de rede baseada no protocolo TCP/IP, permitindo a realização de transações concorrentes e a execução num ambiente operacional composto de múltiplos servidores de aplicação;
 - 4.5.2. E na camada de dados, os mesmos serão controlados pelo sistema gerenciador de bancos de dados relacional (SGBDR) livre, FIREBIRD ou POSTGRESQL. Onde for o caso, a solução apresentada deverá considerar um isolamento entre os objetos disponíveis para acesso direto pela internet pública, e as camadas correspondentes aos objetos de negócio que necessitem de processamento por parte das funções de uso interno da CONTRATANTE e a camada mantida pelo SGBDR, provendo requisitos eficientes de segurança quanto à sua integridade.
- 4.6. Das Características Gerais: os principais atributos do sistema devem ser:
 - 4.6.1. 100% Web e devem ser compatíveis com os principais browsers da atualidade e responsivo;
 - 4.6.2. Capaz de permitir que suas aplicações sejam acessíveis via smartphone, etc.;
 - 4.6.3. Construído com o conceito de "Sites Responsivos", ou seja, deve se adaptar automaticamente em qualquer dispositivo que o usuário esteja visualizando com base no tamanho da tela em que o site será exibido, não importando em qual o tipo



de dispositivo, sejam eles: computadores desktops, notebooks, smartphones, tablets, etc. O site será exibido da melhor maneira para aquele dispositivo;

4.6.4. A Licença deverá permitir uma quantidade ilimitada de usuários, inclusive sem limite de usuários simultâneos;

4.6.5. O Sistema deverá possuir interface gráfica e apresentação em língua portuguesa do Brasil;

4.6.6. O sistema deverá possuir controle de acessos via IP (Internet Protocolo) - de forma a garantir acesso ao sistema somente via endereços IP da prefeitura e previamente configurados;

4.6.7. O sistema deverá prever a inclusão de usuários sem a prévia determinação de senha de acesso, sendo que a mesma será definida pelo próprio usuário, quando for acessar o sistema pela primeira vez;

4.6.8. O sistema deverá permitir controle de acessos customizável via dias e horários pré- definidos pela Secretaria de Habitação, de forma a evitar acesso à informações em horários não compatíveis com a atuação do setor;

4.6.9. A segurança dos dados deve ser implementada no banco de dados, via sistema aplicativo, dispensando o uso de ferramentas do banco para controle de acesso;

4.6.10. O sistema deverá ser executado em ambiente multiusuário;

4.6.11. O sistema deverá permitir a geração de relatórios personalizados nos seguintes formatos/ tipos de arquivos: xls e/ou csv;

4.6.12. O sistema deverá permitir a parametrização no layout dos relatórios com impressão do brasão do município de Poá/SP;

4.6.13. O sistema deverá permitir a geração de todos os relatórios em impressoras a laser, matricial e jato de tinta, arquivo para transporte (emissão em outro local) e em tela;

4.6.14 O sistema deverá possuir histórico (log) de todas as operações efetuadas por usuário (alterações, inclusões, exclusões) permitindo sua consulta e impressão, para auditoria;

4.6.15. O sistema deverá permitir a utilização por mais de um usuário simultaneamente, numa mesma tarefa, com total integridade dos dados;



- 4.6.16. O sistema deverá permitir o cadastramento de grupos de usuários que possuam atribuições e direitos semelhantes;
- 4.6.17. O sistema deverá permitir o acesso ao sistema com uma única senha por usuário;
- 4.6.18. O sistema deverá permitir que no cadastramento de um usuário seja possível associá-lo a um grupo existente, herdando todas as características de segurança definidas para o grupo;
- 4.6.19. O sistema deverá permitir a especialização do direito de acesso de um usuário que esteja vinculado a qualquer grupo;
- 4.6.20. O sistema deverá permitir ao usuário trocar a senha de acesso ao sistema sem depender de interferência da área de TI. Esta troca mantém os históricos de acesso baseados no usuário e não na senha;
- 4.6.21. O sistema deverá permitir que seja efetuada ajuda “on-line”, permitindo consultar as opções existentes no sistema;
- 4.6.22. O sistema deverá possuir mecanismo que permita o controle e a distribuição automática de novas versões dos artefatos da solução;
- 4.6.23. O sistema deverá possibilitar o controle automático da integridade, quanto à compatibilidade das versões dos artefatos distribuídos e implantados, nas camadas que compõem a solução;
- 4.6.24. O sistema deverá ser integralmente baseado no conceito de controle de transações, mantendo a integridade do banco de dados em quedas de energia e falhas de software/hardware;
- 4.6.25. O sistema deverá garantir a integridade referencial, consistência, atualidade e inviolabilidade dos dados no banco de dados e na aplicação;
- 4.6.26. O sistema deverá garantir a atualização on-line dos dados de entrada, permitindo acesso às informações atualizadas imediatamente após o término da transação;
- 4.6.27. O sistema deverá possuir layout's e funções de importação e exportação de dados, de forma a permitir cópias lógicas pelos mecanismos de exportação e importação; Formatos mínimos para importação: xls e csv.

Sobre a integração de bases de dados e serviços.



4.7. Da Integração de Base de Dados e Serviços: o sistema deverá:

4.7.1. Possibilitar a integração com troca dinâmica - em tempo real, de informações entre os módulos / aplicações;

4.7.2. Deverá possuir dicionário de dados aberto para geração de novas consultas e relatórios;

4.7.3. Deverá adotar padrões csv, txt, xls para intercâmbio de informações;

4.7.4. Deverá possibilitar a utilização de arquitetura orientada a serviço (SOA) para integração e interoperabilidade;

4.8. Do Módulo Habitação: o sistema do Módulo Habitação deverá:

4.8.1. Permitir o cadastro de usuários do sistema com usuário e senha para acessos;

4.8.2. Permitir que o usuário possa alterar a sua senha no sistema através de tela de cadastro e confirmação de troca de senha de acesso;

4.8.3. Atender ao quanto disposto pela Portaria 163/2016 do Ministério das Cidades e posteriores;

4.8.4. Permitir o registro de atendimentos gerando desta forma o RMA - Relatório Mensal de Atendimento em formato resumido ou detalhado sendo gerado por meio de usuário e mês de referência;

4.8.5. Gerenciar os Ofícios e Memorandos emitidos e recebidos, em formato PDF;

4.8.6. Informar o dossiê retirado e quem foi o responsável, com histórico dos prazos de entrega de eventuais documentos;

4.8.7. Possibilitar a seleção de inscrição para Programa Municipal de Habitação;

4.8.8. Permitir o Cadastro do Responsável Familiar, contendo obrigatoriamente os seguintes campos:

- a) Nome;
- b) Data de nascimento;
- c) Sexo (Masculino/Feminino);
- d) Nome do pai;
- e) Nome da mãe;
- f) Estado Civil;
- g) Escolaridade;
- h) Formação;



i) Profissão;

j) Tempo de Serviço;

4.8.9. Permitir o Cadastro do endereço do Responsável Familiar, do Cônjuge e membros do grupo familiar, contendo obrigatoriamente os seguintes campos:

a) Endereço

b) Logradouro;

c) Número;

d) Complemento;

e) Bairro;

f) CEP;

g) UF;

h) Cidade;

i) Ponto de Referência;

j) Telefone;

k) Celular;

l) Tempo de residência neste endereço;

m) Tempo de residência no bairro;

n) Tempo de residência no município.

4.8.10. Permitir o cadastro dos documentos do responsável familiar, contendo obrigatoriamente os seguintes campos:

a) Número do RG;

b) Órgão Emissor do RG;

c) Data de Expedição do RG;

d) Número do CPF;

e) Número do Título do eleitor;

f) Zona Eleitoral;

g) Seção Eleitoral;

h) Data de Emissão do Título de Eleitor;

i) UF do Título de Eleitor;

j) Município do Título de Eleitor;



k) Número da Carteira de Trabalho;

l) Série da Carteira de Trabalho;

m) Número do NIS;

n) Número do PIS/PASEP.

4.8.11. Permitir o cadastro das informações socioeconômicas, contendo obrigatoriamente os seguintes campos:

a) Renda formal do munícipe;

b) Outras rendas complementares do munícipe;

c) Renda familiar;

d) Possui renda comprovada na carteira de trabalho.

4.8.12. Permitir o cadastro das características da moradia, contendo obrigatoriamente os seguintes campos:

a) Tipo de moradia;

b) Valor do aluguel;

c) Forma aquisição/ocupação;

d) Número de famílias no imóvel;

e) Quantidade de cômodos;

f) Tipo de pavimentação em frente à casa;

g) Condição da moradia.

4.8.13. Permitir o cadastro das características do imóvel, contendo obrigatoriamente os seguintes campos:

a) Possui banheiro;

b) Local do banheiro;

c) Características do banheiro;

d) Possui vaso sanitário, chuveiro elétrico, lavatório);

e) Situação de risco (sim/não);

f) Tipo(s) de risco(s);

g) Tipo da construção;

h) Outro tipo de alvenaria;

i) Tipo da cobertura;



- j) Outro tipo de cobertura;
- k) Finalidade do imóvel;
- l) Outra finalidade do imóvel.

4.8.14. Permitir o cadastro da infraestrutura do entorno, contendo obrigatoriamente os seguintes campos:

- a) Tipo de abastecimento de água;
- b) Sistema de energia;
- c) Escoamento sanitário;
- d) Destino do lixo;
- e) Se existem pessoas com deficiência no grupo familiar.

4.8.15. Permitir o cadastro das informações de saúde, contendo obrigatoriamente os seguintes campos:

- a) Tipos de Deficiências;
- b) Outras Deficiências;
- c) Se existem pessoas com doenças;
- d) Quantas pessoas;
- e) Tipos de doenças;
- f) Outras doenças.

4.8.16. Permitir o cadastro dos respectivos programas sociais inseridos, contendo obrigatoriamente os seguintes campos:

- a) Para cada componente da família guardar as informações sobre participação em programas Sociais (sim/não);
- b) Programas sociais (campo de seleções de múltiplas escolhas: Auxílio Bolsa Família, LOAS/BPC, PETI, Previdência Social, Bolsa Atleta, Pro Jovem, Passe Livre, Outro(s);
- c) Outros programas sociais (informar);
- d) Se o titular é o responsável familiar no CRAS;
- e) Participação no Empreendimento;
- f) Interesse em participar do empreendimento (Seleção do empreendimento de interesse).



4.8.17. Permitir a impressão de formulários preenchidos para os agentes financeiros (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil):

- a) Dados cadastrais e apuração de renda;
- b) Declaração de beneficiário;
- c) Declaração de União Estável;
- d) Descrição de informações adicionais;
- e) Documentos pendentes na Inscrição.

4.8.18.

4.9. Do Módulo REURB: o sistema do Módulo Habitação deverá:

- 4.9.1. Cadastrar informações do núcleo urbano irregular;
- 4.9.2. Anexar documentos relacionados ao núcleo (mapas, fotos, relatórios, outros);
- 4.9.3. Inserir informações das matrículas e seus proprietários e anexá-las.
- 4.9.4. Importar e mostrar no mapa o arquivo em formato UTM, KML/ KMZ, do núcleo e de cada lote;
- 4.9.5. Cadastrar os confrontantes, informando os pontos cardeais de confrontação com o núcleo e/ou o lote;
- 4.9.6. Anexar documentos;
- 4.9.7. Gerenciar os cadastros de proprietários e matrículas.
- 4.9.8. Cadastrar os ocupantes, sua composição familiar, informações econômicas e sociais; e:
- 4.9.9. Anexar diferentes documentos relacionados ao ocupante e sua família;
- 4.9.10. Desenhar ou marcar/inserir (pin) no mapa do ocupante no respectivo lote ocupado;
- 4.9.11. Gerenciar os cadastros de ocupantes;
- 4.9.12. Emitir o ofício do legitimado à prefeitura (quando for o caso);
- 4.9.13. Emitir os documentos / relatórios necessários a serem enviados à prefeitura para classificação e instauração da Reurb: relatório de qualificação do núcleo e relatório socioeconômico dos ocupantes e seus documentos pessoais;
- 4.9.14. Imprimir ou arquivar, em formato PDF, os levantamentos planialtimétrico georeferenciados;
- 4.9.15. Gerenciar o fluxo de emissão, envio e situação dos documentos apresentados;



- 4.9.16. Emitir o ofício e/ou edital de instauração e da classificação da R pela prefeitura;
- 4.9.17. Classificar cada ocupante conforme a modalidade de Rerub (S ou E) pela prefeitura; e:
 - 4.9.17.1. Emitir as notificações para os confrontantes, titulares/ proprietários;
 - 4.9.17.2. Emitir o edital de notificação;
 - 4.9.17.3 Registrar as impugnações;
 - 4.9.17.4 Gerenciar o fluxo das notificações e das impugnações;
 - 4.9.17.5. *Anexar documentos diversos (notificações/retornos/etc).*
- 4.9.18. Registrar atendimentos realizados pela assistente social e/ou outros profissionais; e:
 - 4.9.18.1. Gerenciar os atendimentos;
 - 4.9.18.2. Anexar documentos.
- 4.9.19. Gerir todos os núcleos que estão sendo regularizados com a apresentação da situação de cada fase da REURB (tela de dashboard);
- 4.9.20. Registrar os históricos de todas as alterações em cadastrados no sistema, incluindo data/hora, login, ip, informação anterior e a eventual alteração.
- 4.10. Do Módulo de Auto-Cadastro Via Web: o sistema do Módulo Auto-Cadastro Web deverá:
 - 4.10.1. Permitir o cadastro do munícipe através de acesso a endereço público (que pode vir a ser “linkado” com o site da prefeitura), permitindo que a primeira fase do cadastro possa ser feita pelo próprio interessado, de acordo com as exigências do MCMV e/ou Programas Municipais de HIS;
 - 4.10.2. Possuir aplicativo nativo para plataformas Android e iOS, para gestão de cadastros online e offline.

5.1 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO



5.2.1. Os estudos que identificaram as necessidades, e, definiram a propositura do presente procedimento licitatório como solução mais viável encontram-se nos Estudos Técnicos Preliminares, cuja elaboração se deu em estrita observância ao regramento constante da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como aquele inserto no art. 14 do Decreto Municipal nº 8.409/2024.

6. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS QUE SERÃO CONTRATADOS:

6.1. O presente procedimento licitatório destina-se a contratação de serviço comum, **SEM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**, a ser contratado mediante licitação na modalidade Dispensa de Licitação.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

7.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada em tópico específico do ETP - Estudo Técnico Preliminar, que antecede este Termo de Referência.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

8.1. DA VEDAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO

8.1.1. Diante das conclusões extraídas do procedimento, a Administração não fará distinção relativas a produtos/marcas, desde que sejam observadas as características estabelecidas no item 1.1.2.

9. REQUISITOS SOCIAIS

9.1. Na execução de tarefas no ambiente do Município de Poá, os funcionários da contratada deverão observar, no trato com os servidores e o público em geral, a urbanidade e os bons costumes de comportamento, tais como: asseio, pontualidade, cooperação, respeito mútuo, discrição e zelo com o patrimônio público. Deverão ainda portar identificação pessoal, conforme as normas internas da Instituição.



10. REQUISITOS AMBIENTAIS

10.1. Os serviços prestados pela contratada deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e material consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, afim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pelo Município. A contratada deverá atender, quando da execução do objeto do contrato, os critérios de sustentabilidade ambiental previstos na legislação pertinente, quando couber

11. SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

12. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

12.1. O objeto de que trata o presente Termo de Referência deverá ser executado pelas contratadas em conformidade com as seguintes definições:

12.2. DA EXECUÇÃO:

12.2.1. Deverão correr por conta da empresa **contratada** as despesas com transporte, montagem, manutenção e desmontagem de materiais e equipamentos, segurança e quaisquer outras decorrentes da prestação dos serviços, não cabendo à Contratante qualquer despesa extra.

12.2.2. Nos preços registrados deverão estar inclusos todos os custos inerentes a esta prestação de serviços, tais como:

a) Mão de obra técnica e qualificada para execução das tarefas exigidas para o bom desempenho do objeto a ser contratado.

b) Suporte técnico, durante a vigência do Contrato.

12.2.3. É de inteira responsabilidade da **contratada** a segurança dos seus materiais, utensílios, equipamentos e do pessoal responsável pela execução dos serviços que constitui o objeto deste Termo de Referência.

12.2.4. Na eventualidade de acidentes causados por execução defeituosa ou emprego de material impróprio, a **contratada** arcará com todos os ônus decorrentes deste fato.



12.2.5. A empresa **contratada** responderá pelo ressarcimento dos danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros ou ao Município.

12.2.6. A **contratada** responderá pela boa qualidade e/ou pontualidade do serviço prestado, sendo que, na eventualidade de danos materiais ou pessoais causados a terceiros ou ao município, o ressarcimento ocorrerá por conta da mesma, isentando-se esta municipalidade desta obrigação.

12.3. DOS LOCAIS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

12.3.1. A execução dos serviços presenciais se dará no Município de Poá, na avenida Prefeito Jorge Francisco Correia Allen, 87, Centro, Poá – SP,

12.4. PRAZO DE EXECUÇÃO: Os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 02 dias úteis, a partir da assinatura do contrato.

13. DA VIGÊNCIA:

13.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do mesmo.

14. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

14.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

14.2. A manutenção será prestada com vistas a manter os objetos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

14.3. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outros novos, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

14.4. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até sete (07) dias úteis, contados a partir da data de retirada do produto das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.



14.5. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

14.6. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

14.7. O custo referente ao transporte dos produtos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

14.8. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

15. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

15.1. Será procedida pela unidade contratante a designação de agentes públicos para atuarem como **Fiscal e Gestor** dos contratos que sobrevierem deste certame licitatório, que ficarão responsáveis por promover a verificação da conformidade dos serviços e obras executados e dos materiais entregues com o objeto contratado, de forma a assegurar o exato cumprimento das obrigações contratuais (artigos 6º e 7º do Decreto Municipal nº 8.409/2024).

15.1.1. Fica designado neste ato o servidor como gestor do contrato a ser firmado pelo presente.

15.1.2. Fica designada neste ato a servidora como fiscal do contrato ser firmado pelo presente.

15.2. DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

15.2.1. Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com atribuição de **Fiscal do(s) Contrato(s), conforme definido pelo art. 7º do Decreto Municipal nº 8.409/2024:**

a) acompanhar e registrar as ocorrências relativas à execução contratual, informando o gestor do contrato aquelas que podem resultar na execução dos serviços e obras ou



na entrega de material de forma diversa do objeto contratual, tomando as providências necessárias à regularização, por parte da contratada, das faltas ou defeitos observados;

b) recepcionar da contratada, devidamente protocolados. os documentos necessários ao pagamento, previstos no termo de contrato e no regulamento da Secretaria de Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento, conferi-los e encaminhá-los ao Gestor do contrato;

c) verificar se o prazo de entrega, as quantidades e a qualidade dos serviços, das obras ou do material encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual, atestar a respectiva nota fiscal ou fatura e encaminhá-la ao gestor do contrato;

d) manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato que fiscaliza;

e) consultar a unidade demandante dos serviços, obras ou materiais sobre a necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato, se detectar algo que possa sugerir a adoção de tais providências;

15.3. DA GESTÃO CONTRATUAL

15.3.1. Constituem atividades a serem exercidas pelo representante da Administração com designado **Gestor do(s) Contrato(s), conforme definido pelo art. 6º do Decreto Municipal nº 8.409/2024:**

a) acompanhar as contratações a partir da lavratura do ajuste até sua implantação, em se tratando de prestação de serviços ou da entrega de material, no caso de fornecimento parcelado que culmine em instrumento contratual;

b) ter conhecimento da íntegra do contrato firmado, de seu cronograma físico-financeiro bem como controlar a utilização dos recursos orçamentários destinados ao amparo das despesas dele decorrentes;

c) executar as diligências e providenciar a tramitação necessária que precedem a assinatura dos contratos, termos aditivos e de apostilamento, termos de rescisão



contratual, termos de recebimento contratual e afins pela autoridade competente para, ao final, promover a publicidade desses atos;

d) expedir a ordem de início, no caso de prestação de serviços;

e) encaminhar cópia do contrato firmado, da proposta do contratado, do edital e dos demais documentos pertinentes ao fiscal do contrato, para subsidiar o exercício da respectiva fiscalização; verificar, com base na legislação vigente, a regularidade da documentação necessária à formalização do contrato, bem como mantê-la atualizada, nos termos da lei e do contrato;

f) atuar conjuntamente com o fiscal do contrato, verificando a existência de adequado acompanhamento à execução do ajuste;

g) manter o controle de todos os prazos relacionados aos contratos e informar à autoridade competente a necessidade de prorrogação contratual ou de realização de nova contratação, conforme o caso;

h) dar início aos procedimentos para a prorrogação dos contratos com a antecedência necessária, levando em conta as informações prestadas pela unidade demandante e pelo fiscal do contrato, os preços de mercado e demais elementos que auxiliem na identificação da proposta mais vantajosa para a Administração;

i) verificar se a documentação necessária ao pagamento, encaminhada pelo fiscal do contrato, está de acordo com o disposto no contrato e em regulamento da Secretaria Municipal de Fazenda que disciplina os procedimentos para a liquidação e pagamento;

j) executar as atividades inerentes à completa gestão do contrato firmado, inclusive no que se refere à manutenção das condições de regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da contratada, bem como a inexistência de registros em cadastros de regularidade, instruindo processo documental vinculado ao da contratação onde devem ser encartadas as certidões comprobatórias da referida regularidade, atualizando-as sempre que necessário;

k) emitir declarações, certidões e atestados de capacidade técnica em relação à execução dos serviços e aquisições contratados, ouvido o fiscal do contrato;

15.4. Em verificada a existência de qualquer infração contratual pelo contratado, competirá ao gestor do contrato providenciar a formalização de processo



administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

16. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

16.1. DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

16.1.1. Os Serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta e no contrato.

16.1.2. As Notas Fiscais ou instrumentos de cobrança equivalentes deverão ser emitidos pelo contratado com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação no certame e lançado no Contrato.

16.1.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até (três) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.1.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade consequente aceitação dos serviços prestados pela contratada.

16.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

16.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

16.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente,



verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

16.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

17. DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:

17.1. DO VALOR

17.1.1. Pelo cumprimento do objeto contratado, o Contratante pagará ao Contratado, a quantia relativa aos serviços efetivamente, calculado de acordo com os preços constantes da proposta, já incluídas todas as despesas necessárias, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.

17.1.2. Nos preços ofertados nas propostas das licitantes, deverão estar inclusas, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transportes, embalagens, prêmios de seguros, fretes e outras despesas, de qualquer natureza, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação, ou que venham a implicar no fiel cumprimento do Contrato, não cabendo à Municipalidade, nenhum custo adicional.

17.2. DO PAGAMENTO

17.2.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE À CONTRATADA no prazo de **até 15 (quinze) dias após a efetiva prestação de serviços e apresentação da MEDIÇÃO**, que deverá conter a Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente e os relatórios dos serviços executados no período.

17.2.2. Será considerada a data do pagamento o dia da emissão da Ordem de Pagamento.

17.2.3. Do montante devido, serão deduzidos os valores referentes à retenção de Tributos e Contribuições nos termos e gradação da legislação fiscal pertinente.

17.2.3.1. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento



ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se a contagem do prazo para pagamento constante do item 11.2.1. após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

17.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* aos sítios eletrônicos oficiais, ao SICAF ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2.6. A Administração poderá realizar consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas).

17.2.7. Constatando-se eventual situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

17.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

17.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



17.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

18. ADITAMENTO

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, **até o limite de 25% (vinte e cinco por cento)**, do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

19. REAJUSTE

20. Os preços apresentados terão seus valores fixos em reais e não poderão ser reajustados, visto a natureza da contratação.

21. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

21.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II. da Lei 14.133/2021.

22. DA HABILITAÇÃO

22.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar o atendimento dos seguintes requisitos:

22.1.1. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;



b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

22.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

22.1.3. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

22.1.4. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

22.1.5. O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

22.1.6. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

22.1.7. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

22.1.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

22.1.9. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



22.1.10. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

22.1.11. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

22.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

d. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

f. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

g. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.



h. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

22.2.1. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

22.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

22.3.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no **Cadastro de Pessoas Físicas**, conforme o caso;

22.3.1.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo à sede da licitante.

22.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Federal**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

22.3.3. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** relativa ao domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

22.3.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

22.3.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

22.3.6. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



22.3.7. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

22.4. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO FINANCEIRA

22.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

22.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

22.4.3. No caso de empresa em recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei nº 11.101 de 2005, alterada pela Lei Federal nº 14.112 de 2020, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

22.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

22.5.1. Atestado(s) de desempenho, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, indicando quantidades, prazos e outros dados característicos dos serviços realizados, capaz de comprovar a aptidão da licitante para o fornecimento de bens similares, em complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação e/ou ao item da participação, com no mínimo 50% das quantidades constantes do item da participação, nos termos da Súmula nº 24 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, devidamente registrados no Conselho Profissional competente, quando for o caso.

22.5.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de quantos atestados forem necessários, desde que todos estejam em conformidade com os requisitos expressos no item 16.5.1.

22.5.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.



22.5.1.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

22.6. OUTRAS COMPROVAÇÕES

22.6.1. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador, com o número da identidade e do CPF (MF) do declarante.

22.6.2. Declaração de que a empresa não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores, bem como não tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista, conforme disposições contidas no inciso VI do artigo 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

22.6.3. Declaração, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, subscrita por quem detenha poderes de representação, de que se enquadra na situação de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/06, atualizada pela LC 147/2014, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

22.6.4. Declaração, de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposições contidas no parágrafo primeiro do artigo 62 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

22.6.5. Declaração, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposições contidas no inciso IV do artigo 62 da Lei Federal nº. 14.133/2021.



23. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

23.1. Poderão participar da cotação de preço, interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Dispensa de Licitação, e que estejam com credenciamento regular e validado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos níveis I, II e III, equivalendo estes níveis à habilitação do fornecedor. É vedada a participação de consórcios e de empresas impedidas de licitar e/ou contratar com esta administração municipal, na forma estabelecida em lei.

23.2. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

23.2.1. Será admitida a participação de pessoas jurídicas reunidas sob a forma de consorcio conforme previsão constante do **art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021**, observado o seguinte regramento:

- a.** As licitantes reunidas em consorcio deverão apresentar conjuntamente aos documentos inerentes a habilitação jurídica Declaração de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito por todos os consorciados.
- b.** As licitantes reunidas sob a forma de consorcio deverão apresentar documento de indicação da empresa líder, que será a administradora do consórcio e representante das consorciadas, a qual ficará a testa de todas as tratativas eventualmente realizadas com esta Administração Municipal.
- c.** Ressalvadas as comprovações relativas à Habilitação Técnica e a Habilitação Econômico-Financeira, para as quais será admitida a somatória dos quantitativos e dos indicadores apresentados por cada consorciado, na forma do art. 15, III da L.F. nº 14.133/2021, cada consorciada deverá atender individualmente às exigências de habilitação, e, a desclassificação de qualquer consorciada acarretará a automática desclassificação do CONSÓRCIO.



23.2.2. O licitante vencedor deverá apresentar à Administração Municipal, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no item 5.3.1. deste Termo de Referência.

23.2.3. Não será permitida a participação de membro consorciado em mais de um CONSÓRCIO ou isoladamente.

23.2.4. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

24. PROPOSTA

24.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente pelo email: compras@poa.sp.gov.br, **até as 16h00min do dia 05/06/2025**

24.2. As propostas cotadas são vinculativas e condicionam a aceitação dos critérios elencados por este instrumento.

24.3. Na proposta de preço deverá constar obrigatoriamente a marca do produto ofertado, o valor unitário e o valor total, ou o valor total por lote, quando for o caso, além de um prospecto com as especificações técnicas dos itens ofertados. O valor constante da proposta deve compreender todos os impostos, taxas, fretes, seguros, instalações e quaisquer outros custos ou despesas que incidam ou venham a incidir direta ou indiretamente sobre o fornecimento dos produtos ofertados, abrangendo assim, todos os custos necessários à entrega do objeto desta cotação em perfeitas condições de uso.

24.4. O prazo de validade da proposta deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de sua inclusão no sistema.

24.5. Caso os proponentes não explicitem o prazo de validade de suas propostas e/ou de entrega, a Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá os considerará como sendo os citados neste Termo de Referência. Propostas com prazos inferiores aos determinados neste edital, não serão aceitas.



24.6. É vedada a proposta de quantidade inferior à solicitada neste Termo de Referência.

25. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

25.1. O critério de julgamento aplicado ao presente certame licitatório será o **MENOR PREÇO GLOBAL.**

26. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADO

26.1. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

26.1.1. São obrigações do Contratante:

26.1.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o instrumento convocatório e seus anexos;

26.1.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

26.1.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

26.1.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

26.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

26.1.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

26.1.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no instrumento convocatório;



26.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

26.1.10. Emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

26.1.11. Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

26.1.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

26.2. Com relação à obrigação delineada no subitem 20.1.9 deste termo de referência, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos regidos pela Lei nº 14.133, de 2021, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

26.3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

26.3.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do instrumento convocatório e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

26.3.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

26.3.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

26.3.4. Responsabilizar-se por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos



pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

26.3.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

26.3.6. Indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

26.3.7. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

26.3.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

26.3.9. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

26.3.10. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

26.3.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

26.3.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

26.3.13. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante.



26.4. Com relação à obrigação delineada no subitem 20.3.9 deste Termo de Referência, a comprovação deverá se dar no prazo fixado pelo fiscal do contrato, hipótese em que deverá indicar os empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021).

27. DA GARANTIA DE CONTRATAÇÃO

27.1. Não haverá exigência de garantia para a contratação nos moldes preceituados pelo artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

28. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

28.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de recursos próprios, cuja dotação orçamentária consignada no Orçamento Municipal é:

Despesa	Órgão	Econômica	Funcional	Ação	Fonte	Cód. de aplicação

29. DA JUSTIFICATIVA PARA PESQUISA DE MERCADO:

29.1. Em análise aos presentes autos, informamos que foram realizadas pesquisas de preços junto aos fornecedores, mediante solicitação formal de acordo com o Art. 23, §1º, IV, da Lei 14.133/21, a fim de verificar se os preços a serem apresentados estão compatíveis com os praticados nos demais órgãos da Administração, bem como com o sistema de Banco de Preços e Portal Nacional de Compras Públicas.

Por fim a escolha dos fornecedores se deu em razão da capacidade e histórico de idoneidade de cada empresa fornecedora das cotações de preços, e responsabilidade quanto a garantia e aos prazos de entrega e ciência da importância de fornecer o produto dentro dos padrões exigidos.

30. DO VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

30.1. O valor estimado total da contratação é de R\$56.399.20, após a realização dos procedimentos de cotação e balizamento de preços, conforme preceitos entabulados por meio do art. 25 do Decreto Municipal nº 8.409/2024, e definição do **item 23.**, acima disposto.



31. CONTRATAÇÃO

31.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será emitida uma Nota de Empenho.

31.2. A contratação decorrente desta Dispensa Eletrônica será formalizada mediante assinatura de termo de contrato, cuja respectiva minuta constitui anexo do presente ato convocatório.

31.3. A adjudicatária deverá, no prazo de 5 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, comparecer a Diretoria de Compras e Suprimentos, localizada no 2º andar do Paço Municipal para assinar o termo de contrato.

31.4. A critério da Prefeitura da Estância Hidromineral de Poá, o Contrato poderá ser substituído pela Nota de Empenho, a qual poderá ser enviada à empresa vencedora, via e-mail, nos dias úteis, dentro do horário das 8h00 às 17h00.

31.5. O prazo previsto para assinatura do contrato ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

31.6. O encaminhamento da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à adjudicatária, implica no reconhecimento de que:

a) referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

b) a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

31.7. O prazo de vigência da contratação está disposto no Termo de Referência.



31.8. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Termo de Referência, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

Poá, 29 de maio de 2025.

Gestor do Contrato

Fiscal do Contrato

Marcos Dias

Secretário Municipal de Habitação de Interesse Social
Autoridade Competente por Delegação – Decreto Municipal nº 7.960/2021